



Joseph Mutaboba, Representante Especial do Secretário-General

“Devemos resolver o problema da impunidade e proteger os fracos”



UNIOGBIS Boletim ouviu o Representante Especial do Secretário-General na Guiné-Bissau sobre os acontecimentos de 1 de Abril último levados a cabo pelos militares que detiveram durante algum tempo o Primeiro Ministro, prenderam o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e invadiram as instalações das Nações Unidas em Bissau.

Qual é a sua leitura da situação um mês após os acontecimentos de 1 de Abril?

Não há melhorias de realce. Em vez de melhoria voltaram à estaca zero e isso não ajuda a Guiné-Bissau. Não ajuda em nada: nem a Reforma do Sector de Defesa e Segurança, nem os direitos

humanos, nem o Estado de Direito. Por conseguinte, é algo que deve ser revisto completamente e assegurar que estamos a responder às questões conforme se vêm desenvolvendo, porque não há uma forma ou maneira clássica de abordar as questões na Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau parece um caso especial pelo que deve ser tratado de forma especial.

À luz destes acontecimentos, as Nações Unidas poderão mudar a sua estratégia no país?

Temos uma estratégia, um plano, com certeza, e um mandato. Se temos um plano estratégico baseado no mandato aprovado pelo Conselho de Segurança através da resolução 1876, não podemos mudar de um momento para o outro. Deve-se testar o plano e a estratégia porque funcionam e continuam válidos e adaptados para a Guiné-Bissau. Contudo, quando ocorrem acontecimentos como os de 1 de Abril, há motivos para perguntar porquê e encontrar as razões. Porquê se comportaram daquela forma?

A solução virá da Reforma do Sector de Defesa e Segurança, da conferência

sobre a reconciliação prevista para Janeiro de 2011?

Se as coisas continuarem neste rumo não penso que haverá uma solução porque cada vez que você acorda e pensa que as coisas vão mudar para melhor, chega-lhe a notícia de que alguém foi morto ou detido arbitrariamente. Ou então, o que vimos no dia 1 de Abril. A inviolabilidade das Nações Unidas ou de qualquer outra missão já não é um dado adquirido e isto é muito grave. Este é o tipo de situações em que você tem de reflectir e encontrar soluções conforme vão surgindo.

Devemos responder à questão da impunidade: como fazê-lo de forma eficaz? Como podemos proteger a população? Ninguém está protegido aqui; nem as Nações Unidas, nem as representações diplomáticas, nem o Presidente, nem o Primeiro Ministro, nem os ministros. Ninguém. Devemos pensar de forma proactiva como resolver a questão da impunidade e da protecção do fraco e aqui todos são fracos com excepção dos militares. Devemos proteger a população, nós mesmos e até os militares para que possam parar.

Em que pé estão os preparativos da reunião de alto nível? Na sequência destes eventos, não receia alguma relutância de certos parceiros em disponibilizar meios para o processo de Reforma do Sector de Defesa e Segurança Guiné-Bissau?

Não sou nenhum profeta mas acredito que os membros da Configuração Específica do País da Comissão de Consolidação da Paz (PBC), como seres humanos e membros de Estados organizados não podem fechar

simplesmente os olhos sobre o que aconteceu e avançar. Não. Devemos poder analisar a situação actual, como irá desenvolver-se e ver se poderá ser adiado, e definir o que queremos, com base em necessidades realísticas porque muitas vezes pede-se coisas que não são realistas. O encontro de alto nível pode realizar-se a 9 de Junho ou não mas qualquer adiamento ou suspensão será justificado. Uma decisão colectiva será tomada pelo conjunto dos membros da PBC. Não posso prever qual será a posição deles mas sinto alguma frustração em cada um.

Estou frustrado, todos estão de certeza frustrados mas devemos ver como podemos encorajar o povo da Guiné-Bissau a manter-se fiel ao Estado de direito, aos princípios democráticos, ao respeito dos direitos humanos e assegurar que um militar fardado não é uma ameaça mas sim um instrumento de estabilidade do país. Mas, acima de tudo, devemos fazer com que as diferentes instituições do país estejam próximas umas das outras. A crise de 1 de Abril mostrou as diferenças entre instituições. Se não dialogarem entre elas, se houver divisões no seio do partido no poder, então isto será mau para a Guiné-Bissau.



O Representante Especial integrou a missão conjunta CEDEAO-UA-NU-CPLP que esteve em Bissau a 4 de Abril. Foto: UNIOGBIS/V. Monteiro

Conselho dos Direitos Humanos analisa situação na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um dos 16 países cuja situação dos direitos humanos será analisada por ocasião da oitava sessão do grupo de trabalho da Revisão Periódica Universal, Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a decorrer em Genebra de 4 a 12 de Maio de 2010. O relatório da Guiné-Bissau, elaborado pelas autoridades nacionais em colaboração com as organizações nacionais de defesa dos direitos humanos e apoio técnico das Nações Unidas, será discutido a 7 de Maio e adoptado a 11. As autoridades de Bissau terão *“a oportunidade de indicar as medidas tomadas para melhorar os direitos humanos e cumprir as suas obrigações nesta área”*. A Revisão Periódica Universal é um processo único em que os dados sobre os direitos humanos de todos os 192 estados membros da ONU são revistos de quatro em quatro anos. Foi criada pela Assembleia Geral a 15 de Março de 2006, que instituiu o próprio Conselho dos Direitos Humanos.

Ainda neste domínio, a Liga Guineense dos Direitos Humanos lançou, a 30 de Abril, o seu relatório que cobre o período 2008-2009. O documento, cuja edição foi apoiada pelas Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS, PNUD e UNICEF) e a ONG Swissaid, aborda questões como a situação dos direitos humanos no país, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, a administração da justiça, as forças de defesa e segurança, os activistas dos direitos humanos, a liberdade de imprensa, etc.

Agentes da primeira esquadra modelo da POP beneficiados com formação



O grupo dos 34 agentes da Polícia de Ordem Pública (POP) da futura esquadra modelo a ser construída na Guiné-Bissau beneficiaram recentemente da sua primeira formação, na área da saúde, promovido pelo UNIOGBIS, em parceria com a ONG portuguesa AMI. A iniciativa faz parte do apoio deste Gabinete da ONU à Reforma do Sector de Defesa e Segurança no país, com destaque para a área da segurança. A construção da primeira esquadra modelo da POP, no Bairro Militar, será financiado pelas Nações Unidas no valor de 165 mil dólares.

PNUD apoia Assembleia Nacional Popular

A segunda fase do plano de apoio ao desenvolvimento da capacidade da Assembleia Nacional Popular (ANP) foi lançado a 28 de Abril em Bissau. Com o apoio de um grupo de peritos, foi feito um diagnóstico das capacidades nacionais que serviu de base para as discussões sobre o plano estratégico de desenvolvimento, elaborado juntamente com membros da ANP. Este plano será utilizado pela ANP como instrumento de mobilização, a ser apoiado pelo PNUD e por parceiros de desenvolvimento que queiram apoiar o reforço das capacidades do Parlamento. A cerimónia de lançamento foi co-presidida por Giuseppina Mazza, Coordenadora Residente das Nações Unidas e Representante Residente do PNUD e pelo 1º Vice-presidente da ANP, Serifu Nhamnhadjo.